

07/12/2023

APEOESP

118

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNT** e **CUT**

A VÍDEOAULA TEM QUE SER **RETIRADA DO** CONCURSO!

*Tarcísio, tire as mãos do dinheiro da educação,
respeite e garanta nossos direitos!*

*APEOESP realizará Encontro Estadual
de Professores da Categoria 0 no dia 15
de dezembro, 14 horas, em frente à SEDUC*

*Todos os demais professores e professoras
também estão convidados(as)*

Por atribuição presencial, justa e transparente

Secretaria de Comunicação

A APEOESP realizou no sábado, 9 de dezembro, reunião do Conselho Estadual de Representantes (CER) para definir a continuidade das lutas em defesa das verbas da Educação, pelos direitos de toda a nossa categoria na atribuição de aulas e demais reivindicações.

Liderados pela APEOESP, as professoras e os professores terminam o ano de 2023 em luta, que se projeta também para o próximo ano.

Algumas questões emergenciais estão sendo enfrentadas pelo nosso sindicato.

ATRIBUIÇÃO DE AULAS

O CER analisou a Resolução SEDUC 47/2023, que disciplina a atribuição de aulas para professores efetivos e estáveis. Estamos cobrando insistentemente da SEDUC a publicação de Resoluções para categoria O e para PEI, bem como o cronograma da atribuição. A APEOESP, como nos anos anteriores, publicará as resoluções comentadas e explicadas.

Encontro Estadual de Professores da Categoria O e manifestação na SEDUC

Frente às dúvidas, ataques e demora na publicação das regras e cronograma para atribuição de aulas dos professores da categoria O, a APEOESP realizará Encontro Estadual dos Professores da Categoria O no dia 15 de dezembro às 14 horas, na Praça da República, em frente à SEDUC.

Estão convidados(as) para esta manifestação em defesa dos direitos não somente da categoria O, e sim de toda as professoras e professores

Evitamos 61 mil demissões

A SEDUC pretendia DEMITIR TODOS OS PROFESSORES DA CATEGORIA O, alegando, de forma incorreta, que isso seria necessário para unificar os critérios de classificação, utilizando entre eles a nota do concurso.

Contato telefônico da Segunda Presidenta da APEOESP e Deputada Estadual, Professora Bebel, com o Secretário Executivo da SEDUC, impediu que isso ocorresse, ao explicar que a lista única poderia ser feita, sem a demissão de professores com contrato em vigor (iniciados em 2020, 2022

e 2023). Alertou também para o enorme impacto dessa decisão, obrigando todos esses professores a cumprirem quarentena. O Secretário Executivo acatou essas ponderações, mantendo os contratos em vigor.

Direitos e folha complementar aos professores que terão contratos encerrados

A APEOESP, durante todo o segundo semestre, insistiu com a SEDUC para que fossem prorrogados os contratos dos professores da categoria O, iniciados em 2018, 2019 e 2020. A SEDUC não cedeu.

Esses professores e professoras que terão seus contratos rescindidos em 31/12, participam da atribuição inicial, cumprem quarentena e voltam às aulas em 15/2/2024, tendo em vista que o início das aulas foi atrasado para coincidir com o fim da quarentena

Face a esse processo, a APEOESP cobrou da SEDUC que sejam tomadas providências para reduzir danos. A SEDUC esclareceu que os professores receberão férias, o 13º salário, o salário de dezembro, e, para o pagamento do salário de fevereiro, folha suplementar no início de março, considerando os procedimentos para reinserção dos dados de todos no sistema.

Nunca é demais lembrar que a APEOESP sempre foi contra a duzentena, quarentena e qualquer intervalo obrigatório entre os contratos dos professores. Foi nossa luta que conseguiu terminar com a duzentena (eram 200 dias de afastamento), assim como conseguimos ampliar os contratos de 11 meses para 3 anos, além da garantia de direitos anuais (eram assegurados apenas uma vez durante todo o contrato).

Nossas mobilizações e ações também acabaram com as provinhas que os professores da categoria O – e até mesmo da categoria F – eram obrigados a realizar para participarem das atribuições de aulas.

**VÍDEOAULAS TÊM QUE SER
RETIRADAS DO CONCURSO!**

A APEOESP jamais aceitou a exigência de vídeoaula como parte do

Secretaria de Comunicação

concurso dos professores. Nosso sindicato ingressou com ação, mas não obtivemos liminar.

Continuamos a denunciar as avaliações abusivas das vídeoaulas, no entanto a VUNESP indeferiu a quase totalidade dos recursos impetrados. Há muitos casos gritantes, como avaliação negativa de vídeoaulas nas quais o(a) candidato(a) deixou apenas de anunciar a área de conhecimento, mesmo sendo o conteúdo inteiramente coerente com a inscrição do(a) candidato(a). A própria SEDUC recorreu à VUNESP os critérios de avaliação.

A APEOESP, para além da ação já impetrada, recorrerá judicialmente desses critérios abusivos, para a vídeoaula seja retirada deste concurso.

Candidatos(as) devem procurar as subsedes

Reafirmamos que todos os professores e professoras prejudicados devem recorrer ao departamento jurídico nas subsedes para impetrarem mandado de segurança.

Candidatos/as que ainda não estão na rede pública de ensino estadual, prestaram concurso público e desejam entrar com ação contra a vídeo aula: Subsedes devem preencher ficha de filiação, cobrar taxa jurídica, devem contribuir com duas mensalidades e firmar compromisso de que quando entrarem na rede, entregarão o holerite pra concretizar a filiação.

APEOESP NA LUTA CONTRA OS ATAQUES DO GOVERNO BOLSONARISTA DE TARCÍSIO

Juntos (professoras, professores os estudantes, sindicatos, entidades, centrais e movimentos sociais que participam do Grito pelos Serviços Públicos de Qualidade e Direitos do Funcionalismo no Estado de São Paulo) realizamos um grande ato unificado no dia 20 de outubro na Praça da República. Após a assembleia estadual dos professores, de forma ainda mais ampliada, paralisamos o estado de São Paulo no dia Estadual de Greve, em 28 de novembro, realizando outra grande manifestação

dentro e fora da ALESP contra todos os ataques e políticas predatórias do governo bolsonarista de São Paulo.

Tarcísio, tire as mãos do dinheiro da Educação

A luta central, estrutural, do nosso sindicato e da nossa categoria, contudo, é contra o corte de verbas da Educação, configurada na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 9, de 2023. Não podemos aceitar a cínica justificativa do Governador e de seus aliados de que está sobrando dinheiro na Educação e que, portanto, poderiam transferir parte dos recursos para a saúde. O Estado tem a obrigação de garantir Educação, Saúde e demais serviços públicos de qualidade; e não se vai garantir Saúde de qualidade retirando dinheiro da Educação.

Tivemos uma vitória importante nesta semana, com o cancelamento das reuniões da Comissão de Constituição, Justiça e Redação que ocorreriam em 11 e 12/12 para votar a PEC 9/2023. Por meio de nossa Segunda Presidenta e Deputada Estadual na ALESP tem sido e será fundamental para derrotarmos esse ataque.

Não se trata de uma luta de professores para professores. Trata-se de uma luta que interessa a toda a população, porque Educação pública, gratuita, inclusiva de qualidade é direito de todos os paulistas e obrigação do Governo do Estado. Por isso, convocamos as Centrais Sindicais, a Frente Brasil Popular, a Frente Povo Sem Medo, as entidades do campo da Educação, as entidades estudantis, os sindicatos, os movimentos populares e todos aqueles e aquelas que lutam pela Educação pública a cerrarem fileiras conosco nessa campanha.

Todos juntos pelas 300 mil assinaturas na PEC de iniciativa popular

Além das mobilizações na ALESP, em cada momento em que o projeto do Governo se colocar, nosso principal instrumento é a Proposta de Emenda à Constituição de Iniciativa Popular, na qual precisamos recolher 300 mil assinaturas de eleitores e eleitoras para que possa tramitar, em contraposição ao projeto do Governo Tarcísio. As subsedes, portanto, devem intensificar e ampliar a coleta das assinaturas. O CER definiu uma

cota de pelo menos mil novas assinaturas por subsede até janeiro; ou seja, uma COTA MÍNIMA.

Aprovação do projeto de APDs em local de livre escolha e falta-aula já!

A APEOESP está lutando para que seja votado e aprovado imediatamente, com as emendas apresentadas pela oposição, o PLC 143/2023, que termina com a obrigatoriedade de cumprimento das Atividades Pedagógicas Diversificadas (APDs) dentro das escolas, institui a volta da falta-aula, retira a jornada como critério principal para a classificação na atribuição de aulas.

Queremos que os deputados acatem as emendas apresentadas pela oposição para garantir os direitos dos professores e das professoras.

Não à privatização da SABESP. Pela libertação dos manifestantes presos

A privatização da SABESP foi aprovada numa sessão vergonhosa da ALESP pela base fisiológica de Tarcísio, dentro de um plenário enevado pelos gases despejados pela Polícia Militar durante a brutal e criminosa agressão contra a população que ocupava a galeria e os corredores.

A APEOESP está do lado das bancadas de oposição, que irão à justiça para anular esse ataque ao patrimônio paulista e aos direitos do povo. Lutaremos junto com todos e todas nas Câmaras Municipais para que esta privatização seja rejeitada e continuaremos lutando para impedir outras privatizações, como as ameaças que pairam sobre o Metrô, a CPTM, a Fundação Casa e outros serviços e instituições públicas.

Nessa luta, também apoiamos e participamos incondicionalmente na campanha pela libertação do professor Lucas Carvente e Hendryll Luiz, presos abusivamente na ALESP na noite de 6/12.

Pela regularização dos repasses do INSS

Professoras e professores da categoria O continuam sendo prejudicados pelo não repasse das suas contribuições previdenciárias ao INSS.

A APEOESP vem lutando por todos os meios para que essa situação

seja resolvida. Esse assunto foi abordado nos boletins APEOESP Informa Urgente anteriores. O Governo do Estado informou ter criado força tarefa para regularizar a documentação dos repasses. Ao mesmo tempo, todos os casos emergenciais devem ser encaminhados para presiden@apeoesp.org.br para que possam ser resolvidos junto à Superintendência do INSS.

Moções e demais reivindicações

O CER aprovou moção contra a demissão de 250 professores e professoras pela Prefeitura de Ribeirão Preto. Aprovou também moção de solidariedade ao jornalista Breno Altman, que vem sofrendo ameaças de bolsonaristas e sionistas pelo seu apoio ao fim do massacre contra o povo palestina.

Também foram reafirmadas todas as reivindicações e campanhas da nossa categoria, definidas pelo Congresso, pelo CER e pela assembleia do dia 20/10.

ATRIBUIÇÃO DE AULAS JUSTA E TRANSPARENTE!



www.apeoesp.org.br

